

**ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA,
DA 12ª LEGISLATURA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2015.**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às dezoito horas, na sede do Legislativo Municipal de Igrejinha, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça em Audiência Pública, sob a Presidência do **Vereador Carlos Rivelino Karloh**, e com a presença dos vereadores Josué da Rosa Francischetti e Lili Marlene Girardi para apresentação do demonstrativo do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de dois mil e quinze. Inicialmente, o Presidente salientou que a Câmara de Vereadores, cumprindo o que determina o Par. 4º do Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, realiza esta audiência pública para demonstrar à comunidade e aos Vereadores o cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de dois mil e quinze, e para isso, convidou os vereadores e o Secretário Municipal de Finanças, senhor Vitor José Flesch, para comporem a Mesa e dar início à apresentação do relatório. Inicialmente, o Senhor Vitor José Flesch informou que o Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município em honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as aplicações financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de janeiro a agosto de dois mil e quinze, o resultado primário foi de R\$ **6.823.089,46** (Seis milhões, oitocentos e vinte e três mil, oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos). O resultado observado deveu-se, principalmente, ao comportamento das receitas fiscais - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções das receitas correntes, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos - que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ **59.309.113,08** (Cinquenta e nove milhões, trezentos e nove mil,

cento e treze reais e oito centavos). O valor verificado das despesas fiscais - representadas pelas despesas liquidadas do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos - que corresponderam, no mesmo período, a R\$ **52.486.023,62** (Cinquenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, vinte e três reais e sessenta e dois centavos). Após a explanação inicial feita pelo Senhor Vitor José Flesch, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vereador Carlos Rivelino Karloh, abriu espaço para questionamentos dos vereadores e munícipes presentes. Esclarecidas as dúvidas, o secretário municipal de finanças fez as considerações finais do relatório apresentado na noite, ressaltando que os resultados permitem concluir que há um equilíbrio entre a receita realizada e a despesa liquidada, de acordo com o previsto para o período de janeiro a agosto de dois mil e quinze, como representam os percentuais de 110,79 % (cento e dez, setenta e nove por cento) para a receita e 109,45% (cento e nove, quarenta e cinco por cento) para a despesa e a arrecadação da receita 18,96% (dezoito, noventa e seis por cento) maior que a despesa liquidada. Finalizados os debates e não havendo mais manifestações, o Presidente Carlos Rivelino Karloh agradeceu a participação e o envolvimento de todos os presentes, renovando o convite para que participassem dos demais trabalhos da Câmara de Vereadores, tanto no acompanhamento das Reuniões Ordinárias, como em torno das audiências públicas. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Audiência Pública e a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelo presidente e vereadores presentes.*****

Vereador Carlos Rivelino Karloh - Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Vereador Josué da Rosa - Presidente da Câmara de Vereadores

Vereadora Lili Marlene Girardi